



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

ATA 16/2019 - SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos, realizada no dia cinco de agosto de 2019, às 19 horas, na Sala de Sessões, na Praça Padre Basso, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal.

Aos cinco dias do mês de agosto de 2019, às 19 horas, na Sala de Sessões, neste Município de Marcelino Ramos, realizou-se a Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, presidida por Sua Excelência o Senhor Vereador Presidente HÉLIO MÜLLER, com a presença de Suas Excelências os Senhores Vereadores **ADEMIR ANTONINHO MOMO, ANTONIO CARLOS GOMES DOS SANTOS, DAMIANA SALETE CORREA MENDES, ELIANA LANZANA, ENIO LUIZ WITTMANN, HÉLIO MÜLLER, LUCIANI HOLZMAN BAPTISTA, SÉRGIO ALEXANDRI e VALDECIR DE VARGAS**. Abrindo a sessão, o Presidente cumprimentou os Vereadores e os assistentes e, nas **Leituras Diversas**, solicitou a leitura de convite local. Nas **Correspondências recebidas do Prefeito Municipal**, foram lidos os Ofícios 276; 294; 300; 301; 302; 303 e 304/2019. Em seguida, nos **Expedientes apresentados por Vereadores**, foram lidas as seguintes proposições: Indicações 12/2019 e 13/2019, da Vereadora Eliana Lanzana; Pedido de Informação 13/2019, do Vereador Sérgio Alexandri; Pedido de Informação 14/2019, do Vereador Antonio Carlos Gomes dos Santos; Pedidos de Providência 19 e 20/2019, da Vereadora Luciani Holzman Baptista e Pedidos de Providência 21 e 22/2019, do Vereador Sérgio Alexandri. Após as leituras, o Presidente consignou que as proposições seriam encaminhadas ao Prefeito Municipal e deixou o Pequeno Expediente à disposição dos Vereadores para breves manifestações. O Vereador **Sérgio Alexandri** disse: "- [...] Senhor Presidente, quero pedir um Voto de Congratulações ao Padre Renoir Dalpizol, que por sinal hoje está fazendo aniversário, pelo excelente trabalho que está fazendo junto ao Balneário... à Romaria, ao Santuário. Temos a Romaria mês que vem, foi feita a Romaria da Mulher dia nove do três de 2019, foi feita a Romaria da Melhor Idade no dia 27 (vinte e sete) do sete, para nós vermos e pegarmos como exemplo como é possível fazer grandes coisas com pouco investimento. O Padre está revolucionando aquele Seminário, fazendo com que venham mais turistas para o turismo religioso no nosso Município. Pessoas assim merecem todo o nosso reconhecimento, todo o nosso respeito, por isso meu pedido de Voto de Congratulações ao Padre Renoir Dalpizol". O Presidente consignou que a proposição seria encaminhada. Não houve mais Vereador com interesse em se manifestar. Nas **Matérias em Regime de Urgência Especial**, o Presidente solicitou a leitura do Ofício 299/2019, que encaminha o Projeto de Lei 032/2019. Após a leitura, colocou o regime de urgência especial em votação. Aprovado por unanimidade. Nas **Matérias em Regime Normal**, o Presidente solicitou a leitura da Mensagem que encaminha o Projeto de Lei 033/2019. Após a leitura, consignou que a cópia do Projeto de Lei estava à disposição para análise dos Vereadores. A Vereadora Eliana Lanzana, por Questão de Ordem, solicitou o encaminhamento por e-mail de cópia em formato digital aos Vereadores, ao que o Presidente respondeu que seria disponibilizado. Nas **Matérias em Discussão Única**, antes da leitura do Parecer 30/2019 sobre o Projeto de Lei 028/2019, o Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos**, por Questão de Ordem, disse: "- Eu, antes de você ler as atas, não sei se você quer ler primeiro, eu vou solicitar ao plenário, para um melhor estudo, a retirada deste Projeto da pauta de hoje, tendo em vista que ele me deixa com a pulga atrás de uma orelha ou das duas, então eu



gostaria de pegar um parecer jurídico dele e até que viesse acompanhado, porque a gente aí criou o Fundo, vai dinheiro para o Fundo e a gente não sabe a situação financeira em que se encontra o Parque hoje. Então, que viesse um esboço, que viesse um balanço das entradas de recurso no Parque e as despesas que o nosso Parque tem, se a Engie Brasil está mantendo ou vai manter até quando o nosso Parque Natural lá embaixo, que viesse acompanhado deste Projeto de Lei e nesse tempo a gente pudesse estudar mais ou pegar quem sabe um parecer jurídico no que diz nesse raio de dez quilômetros do Parque, como é que é feito, cria o Fundo, o dinheiro vai para o Fundo, é ocupado... quer dizer, o que entra no Parque e o que sai do Parque, a despesa, a receita e a despesa, aonde vai. Acho que, não sei se é do entendimento dos colegas Vereadores nesse momento, para que a gente possa pedir, então, a retirada". O Presidente **Hélio Müller** disse: "- Eu vou seguir o roteiro da Casa, que é a leitura dos Pareceres dos Projetos de Lei e sim, depois nós podemos fazer o procedimento". O Presidente solicitou a leitura, com a concordância do plenário, somente do Parecer 30/2019 da CUP sobre o Projeto de Lei 028/2019. Após a leitura, o Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: " [...] Este Projeto de Lei que está na Casa, com relação às anuências emitidas pelo Parque Teixeira Soares é um Projeto simples e que vai levar um pequeno valor ao Fundo que vai compor o Fundo da Mata, que é relativo ao Parque Teixeira Soares. Todo licenciamento ambiental que é feito no Município aonde trabalha-se a supressão de vegetação ou criação de animais, em um raio em torno de dez quilômetros do Parque, é necessário, por questões legais, de lei, todos os Parques fornecerem uma anuência dizendo que aquela atividade de supressão de vegetação ou criação de animais não vai interferir em um Parque, que é o parque ecológico. Então em todo licenciamento é preciso ser feito esse procedimento. O que é que acontece atualmente? O empreendedor faz um requerimento pedindo anuência ao Parque Teixeira Soares, vem até à Prefeitura e faz o protocolo desse Requerimento para posterior, então, ter a sua resposta. Esse protocolo, o valor é de R\$ 16,98 (dezesseis reais com noventa e oito centavos), recurso este que está ficando no caixa único da Prefeitura. Após a Prefeitura receber esse requerimento do empreendedor, a Prefeitura, através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, remete esse requerimento ao Parque e o Parque dá a resposta desse requerimento, dizendo se a atividade é possível ou não ser exercida naquele raio de zero a dez quilômetros. Então o Município, a Prefeitura em si, ela só recebe o protocolo, o requerimento, faz o protocolo e encaminha ao Parque. Então nada mais justo do que o Parque, que faz o estudo e emite o documento, receba este valor de R\$ 16,98 (dezesseis reais com noventa e oito centavos) que vai compor o Fundo da Mata. Então ele é um Projeto bem simples, que vai destinar ao Parque este recurso de R\$ 16,98 (dezesseis reais com noventa e oito centavos), que, em média, deve dar umas cinco a sete anuências desse tipo por mês, então o valor é pequeno, mas por justiça até, digo eu, pelo trabalho feito através do Parque Teixeira Soares, fui favorável à destinação desse recurso ao Parque, porque são eles realmente que fazem este trabalho. Seria isso senhor Presidente, meu muito obrigado". O Vereador **Sérgio Alexandri**, por Questão de Ordem, disse: "- Há uma demanda do Vereador Nico e nós gostaríamos de ouvir o plenário antes de colocar em votação, depois que o senhor colocar em votação não podemos mais voltar atrás daí né?!". O Presidente **Hélio Müller** respondeu: "- É que o ofício de retirada, conforme o Regimento, é 24 (vinte e quatro), ou seja, até na sexta-feira, 24 (vinte e quatro) horas antes, por escrito". O Vereador **Sérgio Alexandri** disse: "- O plenário é soberano! Gostaria de nós darmos uma atenção especial, eu também tenho dúvidas aqui, por exemplo: dez quilômetros, um raio de dez quilômetros do Parque, vai longe! Nós vamos estar ajudando o Parque e não estaremos beneficiando os entornos do Parque. Por isso que peço a Vossa Excelência, vamos ouvir o plenário, o que podemos fazer, se vamos ouvir, ter mais argumentos para o futuro ou não, não vamos pôr em votação, senhor Presidente!". O Vereador **Ademir Antoninho Momo** disse: "- [...] Ele é um Projeto simples, acho que não tem o porquê nós retirarmos esse Projeto, muito bem explicado pelo Relator, e a questão, colega Antonio Carlos, sobre a sua solicitação, eu acho até pertinente, mas o senhor faça um Pedido de Informação,



faça um Pedido de Informação aí nas próximas reuniões, que, com certeza, aí vai vir todas as solicitações para Vossa Excelência. Então não vejo porque retirar esse Projeto, que é um Projeto bem simples, como eu falei, bem explicado, não vou aqui repetir, como colocado pelo Relator". O Vereador **Valdecir de Vargas** disse: "- [...] Concordo com todas as colocações, explicitando de fato que é um Projeto bem simples, como falou o colega Momo e também como deixou bem claro o colega Enio Wittmann, exatamente por ser um Projeto bem simples, então eu não vejo o porquê da urgência em fazer a votação se existe esse pleito do nobre colega Vereador Antonio Carlos solicitando mais esclarecimentos e mais informações sobre tal Projeto. Então não vejo problema algum, na minha opinião, em ser retirada a urgência na votação desse Projeto na data de hoje. Era isso senhor Presidente". O Presidente **Hélio Müller** disse: "- Senhor Vereador, uma questão de ordem, nós não estamos discutindo o regime de urgência, nós estamos discutindo já em votação, para botar em votação em plenário...". O Vereador **Valdecir de Vargas** disse: "- Exatamente, eu entendi, senhor Presidente. Então eu quis dizer que não vejo a urgência para ser votado hoje". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** disse: "- Senhor Presidente, eu acho que houve um equívoco por Vossa Excelência, o artigo 107 (cento e sete) do Regimento, ele fala que, quando de autoria de um, com apoio de mais Vereadores, ele pode sim ser retirado da Ordem do Dia, Projeto já incluso na Ordem do Dia. Mas enfim, no ofício que encaminha pelo senhor Prefeito Municipal, ele fala 'tais valores serão destinados ao próprio Parque para auxiliar na sua manutenção e conservação. Eu posso sim fazer um Pedido de Informação, como também Vossa Excelência, que é o Líder do Governo, como o Parque, todo mundo quer o Parque, o Parque, já foi pedido aqui no Grande Expediente para que fosse trazido para essa Casa o orçamento de entrada e saída do Parque para nós vermos a situação real do Parque para que a gente possa ver como é que vai o nosso Parque Natural Mata do Rio Uruguai. Somente isso, eu também concordo com os Vereadores, por ser tão simples assim, esperou tanto tempo, não custa mais uns dias, para que a gente possa ter parecer jurídico, ver esse raio de dez quilômetros, aonde ele pega esse raio. Tem coisas que a gente fica meio em dúvida. Mas enfim, o voto é soberano, cada um pode colocar da maneira que assim achar melhor. Muito obrigado". A Vereadora **Damiana Salete Correa Mendes** disse: "- [...] Na verdade, esse Projeto, a única coisa que muda esse Projeto, raio de dez quilômetros, a única coisa que muda o Projeto é que a destinação vai para o Parque, porque isso sempre existiu, essa anuência é cobrada direto já faz muito tempo essa liberação, então o problema então é para onde está indo o dinheiro? É esse o caso então? Esses R\$ 16,98 (dezesseis reais e noventa e oito centavos) que é feita a anuência através do Parque Teixeira Soares, num raio de dez quilômetros, aonde atinge ou não atinge o Parque Teixeira Soares, o único problema que eu estou vendo é que... o dinheiro, para onde está indo, porque esses dez quilômetros sempre existiram, feitas as anuências, as anuências, sempre existiram, tem que ter uma liberação!". O Vereador **Enio Luiz Wittmann** solicitou aparte e disse: "- [...] Até bom clarear também que esse raio de dez quilômetros dos limites do Parque não é uma criação de lei do Município, isso aí é uma normativa estadual e federal que estabelece que todos os licenciamentos, num raio de dez quilômetros do limite dos Parques, todos os Parques municipais, estaduais, federais, precisam ter essa anuência dos Parques. Então não é uma situação criada pelo Município essa distância dos dez quilômetros, mas sim uma normativa já estadual e federal. E também complementando, como já foi dito aqui pelos colegas, por se tratar de um Projeto tão simples, com relação à retirada, eu não vejo maiores explicações com relação ao Projeto, maiores informações pertinentes, técnicas pertinentes ao Projeto. Então, se tiver outras dúvidas, acredito que é possível sim se ter dúvidas com relação ao Fundo e como funciona, eu acho que todos nós podemos buscar, enfim, e tirar essas dúvidas para que não tenhamos nenhum imprevisto de nossa parte com relação a isso. Muito obrigado pelo aparte". A Vereadora **Damiana Salete Correa Mendes** disse: "- Foi bom esclarecer, colega Enio, seria isso senhor Presidente, então, eu acho que pode ser feito o pedido que o nobre Vereador Nico falou sobre o Parque, mas acredito que sobre a



anuência está bem esclarecido. Seria isso, meu muito obrigado". A Vereadora **Eliana Lanzana** disse: "- [...] Acredito, se eu não estou enganada, que na nossa última reunião também houve uma discussão bastante polêmica em relação ao Projeto que estava em votação também sobre o Parque Municipal Teixeira Soares, onde a gente estava votando a cobrança de taxas sobre fotos realizadas dentro do Parque. Votamos inclusive uma Emenda e naquele momento também alguns dos colegas questionaram como que estava acontecendo essa manutenção do Parque, como é que estão as finanças do Parque e hoje estamos votando mais um Projeto referente ao Parque, então neste momento eu acho pertinente a colocação do colega Nico, para a gente retirar da pauta e agregar à nossa discussão maiores informações de como está acontecendo a manutenção do Parque. Até quando a Engie vai financiar, vai auxiliar, nós precisamos ter clareza nessas informações. Eu me preocupo com a manutenção do Parque, existem custos lá dentro, de funcionário, de limpeza, enfim. Então acho que não é um Projeto tão simples, como eu falei no outro Projeto sobre o Parque, que nós estávamos discutindo na reunião passada, acho que nós temos que pensar, inclusive, na possibilidade de cobrar o ingresso do turista que entre lá, todo lugar turístico desse porte, desse estilo, em qualquer lugar do país, é cobrada uma taxa de ingresso, então isso também ajudaria na manutenção do Parque, mas acho que a gente pode ter essa cautela de retirar nesse momento, de agregar à nossa discussão maiores informações sobre o financeiro do Parque e aí em uma próxima reunião, voltar a discutir e colocar ele em votação. Então eu sou a favor também nesse momento que se tenha essa cautela de se retirar. Em relação ao raio, eu também gostaria de ter maiores informações, então, por exemplo, tem uma reunião do Município em que as licenças vão ficar, continuar da mesma forma que estão, é isso? Então essas dúvidas em relação ao raio também eu acho que seria cauteloso a gente discutir melhor para ter todas essas informações. É a minha opinião nesse momento". O Presidente **Hélio Müller** disse: "- Levando tudo em consideração, o que foi aqui registrado pelos senhores e senhoras, o entendimento do Parecer da CUP, Projeto simples desta Casa, mesmo de forma que o entendimento, têm dúvidas e é um Projeto simples, ficou nessa Casa três semanas em tramitação para estudo, para avaliação, para busca de informações, e considerando também o que diz que poderá ser protocolado com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no caso na sexta-feira, até o horário permitido, a retirada por escrito do Projeto em pauta, sendo que veio do Executivo Municipal. Então, com essas considerações, eu quero colocar, se ninguém mais tem a mais a se manifestar, colocar o mesmo em manutenção de votação em plenário, o referido Projeto". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** solicitou aparte e disse: "- Já foram retirados vários, subscrito, olha o artigo 107 (cento e sete), nós podemos dar uma pausa na reunião, olha se é... nós nunca fizemos subscrito, nós fizemos pela maioria do plenário até hoje; se for o caso, nós paramos a sessão e subscrevemos, um com o apoio dos demais, se é esse o motivo, porque nunca foi feito, sempre foi respeitado o plenário da Casa". O Presidente **Hélio Müller** respondeu: "- Com certeza, uma questão de ordem, inclusive já teve votações em que foi mantido Projetos nesta Casa, ao menos frente aos trabalhos que estamos, em virtude de não ter feito por escrito com antecedência. Então essa foi a metodologia que nós usamos em outros Projetos e agora eu não vou, não levando em desconsideração o apelo de vocês, mas a seguinte Ordem do Dia e o Projeto em pauta, em discussão, em virtude disso que vamos manter o mesmo para votação". O Vereador **Sérgio Alexandri**, por Questão de Ordem, disse: "- Nós não discutimos o Projeto, senhor Presidente, fui o primeiro a me manifestar e pedi uma questão de ordem, senhor Presidente, nós temos que discutir, então, o Projeto!". O Presidente atendeu o pedido e colocou o Projeto em discussão. O Vereador **Sérgio Alexandri** disse: "- [...] Vejam os senhores e senhoras, o plenário nesta Casa não é mais soberano! Deixou de ser soberano, senhor Presidente! Acompanhei todas as sessões nesses dois meses em que estive fora e houve fatos quase que parecidos para fazer Emendas, que não é o caso do Projeto. Nós iremos, com certeza, se for posto e continuar em votação e for a votação, nós vamos prejudicar o Projeto, senhor Presidente, e não estamos aqui para



prejudicar o Projeto. Volto a pedir para Vossa Excelência, para o Líder de Governo: tenhamos o bom senso de retirar para nós esclarecermos melhor, não só para nós, mas para os lideiros do Parque, esse raio de dez quilômetros vai pegar aonde? Começa aonde e termina aonde? Mas se Vossa Excelência insistir, nós vamos votar, eu vou votar contra, falo por mim, e nós vamos prejudicar o Projeto. Volto a insistir, senhor Presidente, o plenário deixou de ser soberano neste momento". O Vereador **Ademir Antoninho Momo**, na condição de Líder do Governo, solicitou uma pausa na reunião para discussão do Projeto de Lei. Após a realização da pausa, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura somente do Parecer 31/2019 da CUP sobre o Projeto de Lei 029/2019. Após a leitura, registrou que o Presidente e a Membra da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] Esse projeto, ele foi encaminhado em 2018. É um Projeto onde que a Prefeitura Municipal, juntamente com o Grupo da Melhor Idade lá da BR, Clube Concórdia, aquele grupo, naquele momento, ele estava e estão precisando de melhorias na cozinha e também tinha como desejo, como pleito, como anseio, a construção de uma academia direcionada para pessoas da melhor idade e o Município prontamente, juntamente com o Grupo, elaborou um Projeto e encaminhou à Engie Brasil, até porque aquelas famílias, na grande maioria, também foram atingidas, de uma forma ou outra, pela formação do lago da usina hidrelétrica de Itá. Diante dos encaminhamentos e projetos, e vários contatos com a empresa, então neste ano foi disponibilizado não o valor total pretendido, mas um valor bem significativo de R\$ 75.934,00 (setenta e cinco mil e novecentos e trinta e quatro reais) a fundo perdido para o investimento junto a este Grupo da Melhor Idade Estrela Guia, onde que deste valor, R\$ 65.900,00 (sessenta e cinco mil e novecentos reais) foram destinados pela Companhia Energética Estreito e também R\$ 10.000,00 (dez mil reais) foi destinado pela Itá Energética S/A, que são empresas concessionárias, juntamente aí com a Engie Brasil. Então é um Projeto bem importante, que vem melhorar as estruturas das nossas comunidades rurais, neste caso especificamente, uma academia direcionada a pessoas da melhor idade, que ali poderão estar se exercitando, se distraindo e assim também cuidando da sua saúde, além de poder melhorar as condições da cozinha, que é tão importante no momento das festas, dos encontros que fazem nessa comunidade. Então este é o Projeto de Lei com relação ao Grupo da Melhor Idade Estrela Guia, onde que está buscando junto a nós a autorização para o Município receber este recurso juntamente ao Fundo do Idoso. Seria isso, senhor Presidente". Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura somente do Parecer 32/2019 da CUP sobre o Projeto de Lei 030/2019. Após a leitura, registrou que o Presidente e a Membra da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] Em 2018, quando foi feito o convênio com o Hospital São Roque de Severiano, diante de todos os serviços prestados pelo Hospital São Roque estavam lá programadas dez observações de até 16 (dezesseis) horas por mês, mas em função da grande demanda que teve e o Município não quis deixar de atender os munícipes que assim precisavam dessas observações até 16 (dezesseis) horas, que são aqueles casos nos quais o paciente precisa tomar um soro ou é administrada a medicação e é preciso observar os efeitos da medicação, se existe a melhora, e vários outros procedimentos que necessitam de observações até 16 (dezesseis) horas. Então, com isso acabou gerando não só as dez observações até 16 (dezesseis) horas, mas sim um excedente de 220 (duzentas e vinte) internações até 16 (dezesseis) horas, no valor de R\$ 118,13 (cento e dezoito reais com treze centavos) e esse excedente, então, ele gerou um custo ao Município de R\$ 25.988,00 (vinte e cinco mil e novecentos e oitenta e oito reais), custo este que não estava no convênio, não estava no convênio de 2018, mas o Município, por necessidade, prestou o serviço aos munícipes que assim precisaram dessas observações. Então por isso que o Projeto de Lei vem para esta Casa para que possamos aprovar ou reprovar o pagamento



aí desses R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) às observações de até 16 (dezesseis) horas que ocorreram junto ao Hospital São Roque de Severiano de Almeida. Seria isso, senhor Presidente". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** disse: "- [...] Vejam bem que a doença bateu mais forte na porta daquele povo que precisa do hospital lá de Severiano de Almeida, 220 (duzentas e vinte) a mais, são quase 19 (dezenove) por mês, mas o Município só paga aquilo que é usado. Então tomara que esse ano se planeje melhor, um pouquinho melhor, faça um planejamento um pouquinho melhor para que não aconteça tudo isso, 220 (duzentos e vinte) a mais e nós estamos no mês de agosto de 2019, oito meses se passaram para vir essa cobrança. É um tempo grande, não é gente, isso aí foi feito em 2018, 2018 terminou dia 31 (trinta e um) de dezembro e nós estamos no mês de agosto. Isso aqui dificilmente algum Vereador vota porque foi um serviço executado, foi um serviço de socorro às pessoas que lá necessitam, como do hospital aqui de Marcelino Ramos. Mas que de repente possa se planejar melhor, um pouquinho melhor, que não dê tanta diferença assim, porque o Município paga conforme é usado e convenhamos, não é gente, quase 19 (dezenove) a mais por mês e oito meses depois do fato acontecido, mandar a cobrança. O hospital esperando oito meses para receber um serviço que prestaram lá no ano de 2018, é barbaridade, mas quem sabe uma hora melhora. Voto favorável". Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura somente do Parecer 33/2019 da CUP sobre o Projeto de Lei 031/2019. Após a leitura, registrou que o Presidente e a Membra da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: "- [...] O Município, então, de Marcelino, possui uma indicação de recurso de Emenda Parlamentar, o qual tem como dotação para construções de obras e o projeto é para implantação de modernização de infraestrutura para esporte e lazer e a destinação, então, foi junto à Congregação Evangélica Luterana Imanuel. Então essa Emenda Parlamentar, ela tem como objetivo atender a Congregação Evangélica Luterana Imanuel na implantação e modernização da infraestrutura para esporte e lazer, que é juntamente, então, com a sua sede aqui na cidade de Marcelino Ramos. Então, para que o Município possa fazer os investimentos, se faz necessária uma cessão de uso em nome do Município pelo prazo de 20 (vinte) anos e assim, então, estará cumprindo as exigências legais para que o Município possa aplicar essa Emenda Parlamentar juntamente a essa comunidade que fez a solicitação ao Município e o Município prontamente foi contemplado com essa Emenda e estará atendendo a essa comunidade. E dando sequência ao tão importante projeto que o Município vem desenvolvendo há vários anos, que é a melhoria das infraestruturas das comunidades, tanto rurais como também da área urbana. Seria isso, senhor Presidente". Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado por unanimidade. Nas **Matérias em Primeira Votação**, o Presidente **Hélio Müller** disse: "- Quero cientificar os demais Vereadores e, com o entendimento dessa Casa, que a CUP, na outra sessão, já tinha feito solicitação de um tempo maior em virtude de busca de pareceres técnicos referentes a esse Projeto, por ser amplo e os senhores Vereadores também fizeram isso, e que também o Vereador Relator, os membros da CUP nos encaminharam um pedido para manutenção de pauta, era cinco e pouco da tarde já, com o entendimento de vocês, se podemos fazer a manutenção do debate desse Projeto que está em primeira votação, depois vamos ter uma segunda votação na próxima sessão ordinária a ser realizada nessa Casa. Então esse é o entendimento que chegou até essa Casa e a nossa colocação do referido Projeto em pauta". Havendo a concordância do plenário, o Presidente solicitou a leitura somente do Parecer 34/2019 da CUP sobre o Projeto de Lei 023/2019. Após a leitura, o Presidente registrou que o Presidente e a Membra da CUP foram favoráveis ao Parecer do Relator e colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos**, por Questão de Ordem, disse: "- Se possível, para que a nossa Secretaria pudesse ler o parecer jurídico da União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul, para que os Vereadores pudessem ficar cientes



desta matéria, deste empréstimo de um milhão e meio de reais. Posso levar até ela? E vou entregar uma cópia para cada Vereador no momento". O Presidente solicitou a leitura do parecer jurídico. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: " - [...] Já foram feitas várias conversas aqui nesta Casa com relação a este Projeto, que trata de um financiamento de um milhão e meio de reais para que o Município possa fazer a recuperação de várias vias da cidade, bairro Balneário, parte de bairros da cidade e também algumas localidades do interior. É um financiamento que tem uma carência de 24 (vinte e quatro) meses, uma amortização de 96 (noventa e seis) meses, com o prazo total de dez anos para o Município pagar e a taxa de juro é de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) mais CDI ao ano, ou seja, os 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) mais CDI ao ano dá um juro em torno de 11% (onze por cento) ao ano, ou seja, pouco menos do que 1% (um por cento) ao mês. Várias discussões foram feitas com a comunidade marcelinense, algumas motivadas por Vereadores, outras motivadas pela CUP. Tivemos uma conversa no Balneário, aonde que vários Vereadores estiveram presentes, aonde estava lá a ASCOBOL buscando informações com relação ao Projeto, e se saiu de lá com o entendimento da necessidade do Projeto, mas a preocupação de como seria executado esse Projeto. Também tivemos uma conversa, a CUP, a Associação Comercial, representantes do Conselho de Turismo e também representantes da ASCOBOL, o Engenheiro Civil do Município, Prefeito Municipal e também o Engenheiro Bruschi, que estava de forma voluntária auxiliando. E também naquele momento se teve o entendimento da necessidade de se fazer essa melhoria na pavimentação da nossa cidade mas também a preocupação de como seria executado. Diante disso, o nosso Engenheiro Civil, e está disponibilizado para os demais colegas poderem dar uma olhada, documentado, que está aqui na minha mão e vou passar para os demais, a forma de como será executada a pavimentação asfáltica, a melhoria dessas vias aqui do nosso Município. Aqui está ilustrado como será feito, aonde não precisa ter intervenção no calçamento e também como será feito aonde precisa ter a intervenção no calçamento, que são aqueles casos onde tem buraco, onde tem umidade, que é um fato principal que ocorre lá no Balneário e em algumas ruas da cidade. Então é feita a melhoria do calçamento para depois, posteriormente, se fazer o recapeamento asfáltico. Junto aqui a esse documento entregue pelo Engenheiro do Município Cassiano, tem as fotos das ruas que é necessária ser feita a melhoria para depois, então, receber, a camada de CBUP, ou a camada asfáltica, melhor dizendo. Então vou deixar disponibilizado esse documento para que os demais colegas também possam visualizar. Somos sabedores que é um anseio da população essa demanda de se conseguir melhorar as nossas vias do Município, toda a população quer que seja feita a melhoria para dar uma outra cara, uma cara ainda melhor para a nossa cidade em função do turismo e hoje se tem a oportunidade, através desse financiamento junto à Caixa Econômica Federal, disponibilizado pelo governo federal. Como já disse em outros momentos, somente neste ano de 2019 que foi disponibilizado financiamento aos municípios nesta categoria, para poder fazer investimentos em infraestrutura. O governo federal atual está propondo e disponibilizando aos municípios essa forma de financiamento para melhoria das infraestruturas. Vários municípios da nossa região já estão contratando esses financiamentos, muitos até já executando esses financiamentos, outros em trâmite e aqui na nossa região do Alto Uruguai, vários municípios já fizeram, como Machadinho, Maximiliano, Piratuba, Viadutos, Aratiba, Severiano, Mariano, e todos os municípios com valores expressivos, de cinco, sete e até dez milhões de reais, e Marcelino Ramos não poderia ficar de fora, diante da necessidade de melhoria que se tem das infraestruturas viárias da área urbana. Como já colocado no Parecer, o Município tem o poder de investimento já avaliado e avalizado de até R\$ 2.900,00 (dois milhões e novecentos mil reais) e está pleiteando e buscando junto a esta Casa a autorização para um milhão e meio. Então, um valor bem abaixo do que se tem o poder de busca de recurso para que não se tenha, não se sofra nenhuma carência em outras atividades aqui do Município com o pagamento dessas parcelas. Seria isso, senhor Presidente". O Vereador **Sérgio Alexandri** disse: " - [...] No meu ver, no



meu humilde ver, senhor Presidente, conforme o parecer da UVERGS, nem poderia estar em discussão esse Projeto, diz a última linha lá: 'isso posto, opina-se pela constitucionalidade do Projeto de Lei 023'. Mas para nós esclarecermos mais o Projeto, senhor Presidente, a grosso modo, me permitam os Vereadores, eu amanhã vou fazer uma festa, vou gastar R\$ 3.000,00 (três mil reais), estão todos convidados, e quem vai pagar essa festa serão os senhores Vereadores! Este é o Projeto que nós estamos discutindo, senhor Presidente. O Prefeito vai fazer um empréstimo com carência de dois anos e dez anos para pagar. Nós estaremos, se aprovado for, penhorando o nosso Município para mais dois Prefeitos e meio que irão passar por esta Casa. Como é que estará o nosso Município daqui a dez anos, do jeito que o nosso Município está indo? É todo dia uma loja fechada, é todo dia uma família que vai embora, a arrecadação que abaixa. O Executivo Municipal, ano passado, senhoras e senhores, gastou quinhentos e poucos mil em CCs, FGs, GEDs, que são importantes em muitos casos, e também esta Casa, senhor Presidente, tem uma fundamental importância na economia. Digo isso pelo que está no Portal da Transparência: em oito anos, senhor Presidente, depois se alguém quiser cópia, esta Casa economizou R\$ 713.000,00 (setecentos e treze mil reais). Por que é que não se criou um fundo para um asfalto, senhor Presidente? Porque não se pegou mensalmente o dinheiro que vem da barragem, que está vindo agora, R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) e não fez uma rua de cada vez, senhor Presidente?! É difícil nós virmos aqui e dizer que vamos aprovar e jogar esse montante, que vai dar quase R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de juros, jogar no colo dos futuros Prefeitos que irão vir a ser empossados. É difícil, senhor Presidente, é difícil. Eu, baseado no parecer da UVERGS, a qual respeito muito, voto contrário ao Projeto de Lei 023/2019, senhor Presidente, baseado nessas situações que a gente vê no dia a dia. Não se faz economia, senhor Presidente, diariamente no Poder Executivo. Pedimos para pararem de dirigir os carros daqui no Correio, gurizada nova, mas todo dia são dois ou três carros que vão ao Correio. Não se faz a economia como se deve com o dinheiro público, não se pensa na agricultura como se deveria pensar. Não se pensa no comércio aqui do nosso Município como deveríamos pensar. Não se investe quase nada na agricultura que sustenta o pão de cada dia de nós todos, senhor Presidente. Volto a repetir, senhor Presidente, como diz a UVERGS: isso posto, opina-se pela rejeição do Projeto de Lei 023. Seria isso, senhor Presidente". O Vereador **Valdecir de Vargas** disse: "- [...] É de fato preocupante que após quatorze anos e meio de um mesmo grupo político governando Marcelino Ramos, estejamos aí assistindo ao apagar das luzes uma proposta para endividar o Município por exatos dez anos. Se formos levar em conta os 24 (vinte e quatro) meses de carência que teremos para iniciarem-se os pagamentos das prestações, teremos endividados mais dois governos municipais e mais dez meses de um terceiro governo municipal, que sequer foi eleito. Não se discute, em nenhum momento, a necessidade e a importância da recuperação das vias públicas do Município, longe disso. Mas percebe-se que se investiu muito pouco no centro e no Balneário, mas a cidade de Marcelino Ramos, o Município de Marcelino Ramos não é apenas o Balneário e não é apenas o centro. A gente percebe que todas as ruas adjacentes ao centro de Marcelino Ramos propriamente dito estão em péssimas condições e a gente percebe que este Projeto de Lei já contempla, inclusive, uma nova obra no Distrito de Suzana, Linha Suzana. E nós sabemos que há bem pouco tempo foi executada uma obra de calçamento naquela localidade e sabe-se que ela foi feita totalmente sem critério, ela foi feita às pressas porque a eleição municipal se aproximava e inclusive eu cito de fonte segura, porque o executor empreiteiro daquela obra foi terceirizado e ele se encontra atualmente recolhido no Presídio Estadual de Erechim, condenado a mais de 20 (vinte) anos de prisão em razão de homicídios e ele, inclusive, me confidenciou várias vezes nos nossos papos informais que ele alertou o Município de Marcelino Ramos que o material a ser utilizado naquela pavimentação da Linha Suzana era totalmente inapropriado, ou seja, ele não servia para pavimentação. Mas mesmo assim ele recebeu ordem para que a obra fosse executada e o resultado a gente percebe quando cruza pela Linha



Suzana. Uma pavimentação totalmente inadequada, de péssima qualidade, mas que houve um grande dispêndio de dinheiro público na execução dela. Então, senhor Presidente, considerando a exorbitância de juro que vai ser despendida nesses mais de dez anos, considerando também aí o parecer da UVERGS, considerando a maneira pela qual a maioria das obras em Marcelino Ramos vêm sendo executadas, sem planejamento algum, sem critério, e muitas vezes direcionando a obra com mera questão político-partidária, não levando-se em conta critérios técnicos e uma pesquisa da qualidade da mão-de-obra das empreiteiras, eu voto já nesse momento contrário ao Projeto 023/2019. É isso senhor Presidente, obrigado pela atenção". A Vereadora **Eliana Lanzana** disse: " - Vejam bem [...] o quanto é difícil às vezes tomar decisões nesta Casa, porque nós trabalhamos há dois anos e meio aqui, alguns colegas estão há mais tempo e acompanhei outras legislaturas e é unânime, entre todos que estão aqui e é unânime na comunidade marcelinense também que há uma necessidade urgente de investimentos em infraestrutura e quando esse Projeto deu entrada nesta Casa da outra vez, acho que foi junho, junho, se não me engano, o que é que eu propus a esta Casa? Que tivéssemos cautela e que primeiramente ouvíssemos a comunidade para que não se tomasse nenhuma decisão irresponsável nesta Casa, porque não é a minha opinião, nem a opinião dos colegas que está em pauta, mas é o interesse de uma comunidade inteira! E aí, daquele dia até hoje é o que temos feito. Na primeira reunião que tivemos com a ASCOBOL, nós recebemos questionamentos técnicos em relação ao Projeto, os quais, naquele momento, nós não pudemos responder, porque nós não tínhamos as informações técnicas do Projeto e aí a proposta, a ideia é que essas informações técnicas fossem buscadas para que dessem respaldo ao nosso voto nesse momento, e aí vocês nos apresentam neste momento informações, mas que na verdade se resumem apenas a fotos, não tem uma planilha de impacto financeiro, não tem um cronograma de trabalho, não tem um memorial descritivo, não há uma clareza do que vai ser feito em relação ao calçamento lá do Balneário, que os próprios moradores disseram que se for o caso, eles são a favor, inclusive - alguns, claro - de só fazer a manutenção do calçamento, fazer uma base, que não foi feita quando foi construído. E aí a gente chega nesse momento e verifica que se mantém uma fragilidade técnica no Projeto, uma fragilidade técnica no Projeto, e aí, se não bastasse, vem este parecer da UVERGS colocando as coisas da forma como foi lido pela Maíra. Então, neste momento, estamos em primeira votação, tendo em vista a falta de informações técnicas de como isso tudo vai ser investido, de como vai ser executado, nessa primeira votação eu sou contra o Projeto. Muito obrigada". A Vereadora **Luciani Holzman Baptista** disse: "- [...] Olhando as fotos, não tem nome da rua, mas como a gente conhece bem, a grande maioria é no Balneário. Senti falta da Rua Senador Atílio Fontana, que a princípio não vi, a Rua Dr. Meireles Leite, que não... se foi achado ali, quem convive, quem passa, quem caminha pelas ruas sabe que há muito tempo elas estão sim sem manutenção. O ano passado, quando eu estive aqui, a gente já comentou sobre isso e agora essa grande polêmica, e porque até agora não foi feito nada? Uma manutenção feita todo ano em uma rua, uma rua por ano, duas que fosse, as pessoas se sentiriam melhores e nós não estaríamos aqui nessa discussão. Falta dinheiro mas tem dinheiro para muitas coisas que a gente sabe que não é necessário. A minha opinião em torno de todos esses episódios, porque a gente comenta com as pessoas, as pessoas querem sim que sejam melhoradas as ruas, mas elas não querem ficar com uma dívida e nem eu quero ser responsável por isso. Se o Prefeito entender que nas condições do Município atual ele tem condições de pagar essa dívida, ele, até o fim do seu mandato, sim, caso contrário...". O Vereador **Enio Luiz Wittmann** solicitou aparte e disse: "- Eu acho que nós precisamosclarear algumas coisas. É tudo pertinente o que tem colocado, com certeza. Com relação à colocação de pagar até o final do mandato, esta forma de financiamento, ela não é possível, pagar até o final do mandato, porque a estrutura deste Projeto, deste financiamento por parte do governo federal, ele é dez anos, então não tem como fazer em um ano e cinco meses, seis meses, impossível. Com relação à colocação já de dois, três Vereadores, à colocação feita pela Maíra com relação à



UVERGS. Extremamente pertinente a preocupação de quem fez, não sei qual Vereador que fez a solicitação à UVERGS, se foi o Vereador Nico, se foi os demais, se foi em conjunto. É pertinente se buscar as informações, mas infelizmente o parecer da UVERGS, ele não está correto. O parecer da UVERGS, do que trata do fundo do FPM que diz que o Projeto não é constitucional, ela não é correta, esta informação. E para justificar isso, a CUP não fechou os olhos ao parecer da UVERGS e se preocupou muito com relação a isso. A CUP buscou várias informações com relação a isso e uma das informações que foi buscada foi junto ao Executivo Municipal através de um ofício, no qual o Executivo encaminha a esta Casa o Parecer da DPM, que é um órgão que dá assessoria às Prefeituras Municipais na questão de legislação e a DPM, nas suas colocações, coloca o artigo 167, que cita também no parecer da UVERGS, mas o parecer da UVERGS não cita o parágrafo quarto, que diz: 'é permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os artigos 155 e 156 e dos recursos que tratam os artigos 157 a 59 para a prestação de garantia ou contragarantia à União e ao pagamento de débitos para com esta'. Ou seja, a própria Constituição Federal, no seu artigo 167, tem uma exceção, que é o parágrafo quarto, que diz que é possível sim usar o FPM como contragarantia do financiamento. Isso informação da UVERGS. Se não bastasse, fomos procurar outra informação, Diário Oficial da União 64, quarta-feira, quatro de abril de 2018. Advocacia-Geral da União, Presidente da República. Excelentíssimo Senhor Presidente, junto com a Advocacia-Geral da União, publicando no Diário Oficial da União o documento aonde relata toda a situação do FPM e como conclusão, que está aqui para os colegas poderem ver, realizadas as considerações acima, conclui-se: nos termos do artigo 167, os recursos vinculados ao Fundo de Participação ofertados aos Estados e Municípios, podem ser aceitos como garantia das operações celebradas por entes subnacionais, no caso Estados e Municípios, com as instituições financeiras federais, Diário Oficial da União. Então esse parecer da UVERGS, ele está equivocado, até porque ele cita uma jurisprudência de 2009 e o Diário Oficial da União, baseado no artigo 167 da Constituição, diz que é possível usar o fundo do FPM como contragarantia. Muito obrigado pelo aparte, Luciani". A Vereadora **Luciani Holzman Baptista** disse: "- Continuando a minha colocação, eu mantendo a minha palavra e a minha opinião. Eu sou contra, voto contra". O Vereador **Ademir Antoninho Momo** disse: "- [...] Primeiro eu quero me reportar sobre a questão do pagamento, muitos questionamentos sobre a questão das finanças. O Prefeito esteve aqui, explicou, nós tivemos reuniões conversando com ele e o Prefeito tem todo o cálculo que não compromete as finanças de maneira alguma do Município e nem do próprio gestor, tanto é que ele podia ter pegado aí quase três milhões de reais no Projeto e ele só está encaminhando um milhão e quinhentos. Quem é que não quer, e é um pedido, e tem uma necessidade de investimento, é um pedido de todos os moradores, quem é que não quer um asfalto na frente de sua propriedade um asfalto quente, esse asfalto bom, quem é que não quer? Acho que todos querem e agora é a oportunidade dessas ruas, de melhorar essas ruas, teve quantos pedidos de vocês aí colegas Vereadores, nós Vereadores também, para melhorar essas ruas de nossa cidade e eu estranho porque agora parece que a gente vê que alguns colegas que têm vários pedidos estão contra e vários municípios estão fazendo da mesma maneira, até pegando bem mais recursos do que Marcelino Ramos, e lá é legal, pode, e, gente, é legal, e me estranhou esse parecer da UVERGS, não sei, um pouco precipitado eu acho, não sei aonde que eles analisaram e não analisaram aquilo que o Relator colocou recém da Lei Maior. Então é legal sim, porque senão os outros municípios também não iam fazer. Então por isso nós fizemos, foi retirado o Projeto, nós fizemos reunião, estiveram lá participando a ASCOBOL, a pedido da Vereadora Lili, nós fomos lá, participamos, ouvimos tudo o que eles tinham que dizer, eu como Líder do Governo coloquei tudo o que foi pedido lá, foi discutido com o Prefeito Municipal. A CUP convocou, nós convocamos, juntamente com o Prefeito, a ASCOBOL, a Associação Comercial, o Conselho de Turismo e também os Engenheiros, o Engenheiro do Município, juntamente veio o Engenheiro Bruschi para nos auxiliar sobre os



questionamentos que a população estava nos fazendo. Vão colocar o asfalto por cima ali, daqui a cinco, seis meses, um ano, não tem mais. Então os Engenheiros, eles nos colocaram tanto na parte do Balneário como aqui do Município, e Vereadora, será contemplada sim a Rua dr. Meireles Leite, Atílio Fontana, aqui em cima a Rua Dr. Silveira, então eu aqui não posso agora no momento, não lembro de todas as outras aí, mas as ruas do Balneário e ali os Engenheiros nos colocaram a maneira que tem que ser feito lá no Balneário, recuperar, como foi colocado por alguns Vereadores, como está lá, o gasto é bastante, porque não tem como só melhorar como está lá se não tira toda aquela base embaixo e aí o Prefeito se comprometeu que vai ser acompanhado pelo Engenheiro, tirar toda aquela parte de baixo e vai ser colocada toda uma base nova e daí sim o asfalto e essa base, o Prefeito, juntamente com essas entidades, nós estávamos lá, e a CUP, ele se comprometeu e será recurso próprio. Vai ser pegado recurso do financiamento para colocar toda a base que vai ser feita lá no Balneário, que é o principal, aquelas ruas todos conhecem, e também nós temos alguns locais aqui nessas ruas que vão ser feitas na cidade também que vai ter que arrancar e colocar uma base forte embaixo, como foi feito aqui no centro de Marcelino Ramos. Então eu não vejo porque, é claro que cada Vereador é soberano e temos mais uma votação ainda, o Vereador hoje pode votar contra, pode votar favorável. Então vou pedir para vocês, colegas Vereadores, o Prefeito está à disposição, ele disse: venham conversar comigo, a porta está aberta. E só foram cinco Vereadores conversar com o Prefeito, só foram cinco Vereadores conversar com o Prefeito. Então eu gostaria que todos os Vereadores e se for conversar, pegar mais, se aperfeiçoar mais sobre o Projeto do Prefeito lá com certeza, porque ele vai passar a cada um de nós sim o projeto da parte da Engenharia. Então, portanto, eu não vou me alongar mais, meu tempo já está esgotado, então os senhores Vereadores analisem bem, a população quer esse melhoramento, não vai comprometer o Município e nem o próximo gestor, então gente, como os outros municípios, por que Marcelino ficar fora? Então eu sou favorável e eu peço aos colegas que também analisem bem e votem favorável ao Projeto, que é muito importante para o nosso Município e para as pessoas que residem aqui no Município". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** disse: "- [...] É louvável o trabalho. Até ontem tiraram fotos das ruas, até no domingo, tu vê, um trabalho apressado, na sexta, quatro do oito estavam tirando foto das ruas. Bacana, que gente trabalhadora. Dizer que o Prefeito Juliano, nos quase sete anos dele, recebeu R\$ 9.753.968,00 (nove milhões e setecentos e cinquenta e três mil e novecentos e sessenta e oito reais) de compensação financeira da barragem da Usina de Itá, da geração de energia, dos *royalties*. A média mensal dos 79 (setenta e nove) meses, 79 (setenta e nove) meses de governo, R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais) mensais, três, quatro meses fazendo uma rua, nós estaríamos prontos, que o dinheiro é para infraestrutura. Nós estamos, meus amigos, aqui pegando um milhão e meio nesse Projeto e eu liguei na Caixa em Passo Fundo e o Município, além de ficar dez meses pagando, vai pagar quase um milhão de juro, um milhão de juro. E pelo que se nota aqui gente, não são as ruas, parte das ruas, parte das ruas. De repente possa fazer a entrada do Bairro Vista Alegre que estão há quase 15 (quinze) anos esperando a promessa de fazer aquela entrada. O Bairro Cruzeiro, fechar o centro comunitário, cercar, fazer o passeio, mais de dez anos na promessa. Agora, há pouco menos de um ano de largar os candidatos, nós vamos contrair uma dívida para deixar duas administrações pagarem. Fora, temos ainda o fato lá do Balneário, dos desmoronamentos para quem sabe no ano que vem ou no outro pagar. Quem sabe não, teremos e deveremos pagar. Fora os 3% (três por cento) que entra do banho da TERMASA para o Município, ITBI lá do Balneário, da cidade, e como bem falavam os Vereadores, o Município de Marcelino Ramos, até a presente data, desde o ano de 2000, 2001, recebeu até hoje R\$ 20.000,00 (vinte milhões de reais) de compensação financeira. É claro, também entendo a Administração, se ficar como estão essas ruas, o ano que vem não vai poder fazer aquela musiquinha 'se está bom, para que mudar', que daí não vai ter condições, porque do jeito que estão as ruas, infelizmente, gente... e você conversa com alguém, olhem bem o que é que veio para a



Câmara, essa folha só aqui, e a foto das ruas. Ninguém sabe se vai mexer na rua toda, em partes da rua, no buraco, no paralelepípedo, que serviço que será feito, gente do céu! A questão técnica... Você que está escutando, dê a sua opinião! Entra aí e manda para a Câmara de Vereadores a sua opinião de pegar um empréstimo agora de um milhão e meio para pagar um milhão de juro para recuperar partes de ruas, pelo amor de Deus! Quanto tempo já podia ter sido feito, quantas coisas já podiam ter feito, gente, como é que nós vamos, de repente, botar um asfalto em cima do calçamento do Suzana, que foi feito um foguetório de inauguração?! O que é que a Caixa vai dizer para nós? O que é que o Tribunal de Contas vai dizer para nós? Gente, é triste, é triste. Está aqui, lá na Caixa Federal, se nós pegarmos um milhão e meio, nós vamos pagar dois milhões, quatrocentos e noventa e três mil e oitocentos e três o total, 24 (vinte e quatro) meses de carência e vamos ficar mais oito anos pagando uma dívida só disso, só disso. Então, meus amigos, eu sou um pessoa favorável, como a Lu falou, o Prefeito retira esse Projeto e pega quanto ele quiser e paga com o dinheiro do livre dos *royalties* até 31 (trinta e um) de dezembro de 2020. Sou favorável, retira esse Projeto, pega quanto quiser e pague até o final do último dia da sua administração para não deixar ninguém para pagar a conta". O Vereador **Sérgio Alexandri** solicitou aparte e disse: "- [...] Estava lendo todo o Projeto, no artigo segundo, parágrafo primeiro, a grosso modo, se o FPM parar de vir, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à Caixa Econômica Federal, então de qualquer jeito a Caixa vai receber, porque banco não perde. Vi Vossa Excelência falar dos municípios aqui da região que contraíram empréstimos, Maximiliano parece que pegou cinco milhões, mas vamos voltar um pouquinho no passado, lá hoje tem uma barragem que rende um monte de *royalties*, quando nós tivemos oportunidade, senhor Presidente e demais Vereadores, de ter essa mesma barragem no pé do Ligeiro, as pessoas iam lá gritar 'água para a vida e não para a morte!', viraram carro - se eu estiver errado me repreendam - e a barragem obedeceu essas pessoas que diziam essas palavras e o Município está do jeito que está. Quantos milhões nós perdemos até hoje por não ter cedido o espaço para fazer o pé da barragem no nosso Município?! [...]" O Vereador **Ademir Antoninho Momo** solicitou aparte e disse: "- Várias vezes, colega Nico, você coloca, você fala e a gente conversando com a população, quando você fala que o Município recolheu nove milhões dos *royalties* e assim por diante e a população lá vem falar com a gente, falar comigo: 'sim, mas se recolheu nove milhões, aonde é que está esse dinheiro?'. E aí como você coloca dá impressão para a população, por isso que até eu fico um pouco chateado, porque dá a impressão para a população que o Município está gastando esse dinheiro onde não deve gastar, jogou fora esse dinheiro ou sei lá! Tem muitos da população que pensam assim, que nos cobram e nos falam isso, eu digo: 'não, esse dinheiro está sendo bem gasto porque existe orçamento', inclusive a Vossa Excelência ajudou a aprovar por unanimidade! Tem o orçamento que foi aprovado, que lá diz aonde está sendo colocado esse recurso, esse dinheiro. Aí quando você, várias vezes você vem, coloca aqui na Câmara, a população tem essa impressão, por isso que eu queria fazer essa colocação para Vossa Excelência e dizer para a população que existe um orçamento e esse dinheiro está sendo bem gasto na educação, está sendo gasto na agricultura, obras e saúde. Muito obrigado". A Vereadora **Damiana Salete Correa Mendes** solicitou aparte e disse: "- [...] Eu gostaria, quando o Vereador Nico fala aqui que foi prometido nas vilas, na Vila Cruzeiro, no calçamento, o foguetório do Suzana, gostaria de lembrar o nobre colega que o senhor estava junto na Administração até meses atrás e o senhor também foi no foguetório e o senhor fez a promessa junto com a nossa Administração, há poucos meses o senhor saiu da nossa Administração, então quer dizer que estava tudo errado? Até há pouco tempo estava tudo certo! Então alguma coisa aí não está certa. Eu acho que nós fomos atrás, nós tivemos várias reuniões, inclusive com a ASCOBOL sobre o Projeto, vieram vários Projetos aqui para esta Casa para a reforma da entrada da Vista Alegre e de outros bairros. Então assim, alguma coisa não está certa e eu quero dizer aqui que eu sou a favor do Projeto, que nós queremos melhorar e a gente não sabe quem vai ser o próximo



Prefeito, com certeza ninguém sabe, então nós estamos aí para isso, é só essa a colocação, muito obrigado colega Nico pela cedência do espaço". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos** respondeu: "- Ok, dizer para a senhora que nós estávamos junto, as folhas caem mas a raiz continua e a senhora tem que defender o governo, senão eles tocam, vem o titular e a senhora sai! Infelizmente na vida é assim, eu não sabia que o calçamento do Suzana, o foguetório era tão bonito que eu achei que ia ficar uma coisa maravilhosa, mas a gente estava junto mas eu não prometi nada para ninguém nem comprei os foguetes, paguei o meu almoço com o meu dinheiro. Dizer para vocês que, infelizmente, a gente está aí nesse empréstimo que com certeza meu voto é contrário, totalmente contrário e aquelas pessoas que tem poder de mandar, que tem poder de fazer, que tem poder de destituir e coisa, que venham votar, tá gente?! E dizer que a população que está assistindo poderia opinar se são favoráveis, ou no e-mail da Câmara ou no Face se são favoráveis ao empréstimo ou contrários ao empréstimo de um milhão e meio com um milhão de juros e para a próxima votação nós vamos de novo com mais argumentos, se assim for possível, para não se estender demais". A Vereadora **Damiana Salete Correa Mendes** disse: "- Com todo respeito que eu tenho pelo senhor, seu Nico, eu estou aqui porque é um direito meu e eu, quando eu tenho que votar contra, eu voto contra, porque nós demos um Parecer da CUP contrário ao Projeto do senhor Jandir Cassol, que é da Administração. O que tem que ser errado, tem que ser errado, o que é certo, é certo, é a minha opinião e se eu tiver que ser substituída, com certeza, que prevaleça, mas a minha opinião é essa, não deixo de dar a minha opinião por quererem me tirar ou não me tirar, o senhor mesmo me disse na outra reunião que nós estávamos votando contra o Projeto do governo, então as coisas não são assim, não é porque o meu time joga ruim que eu tenho que aplaudir, agora a minha opinião é essa e seu eu tiver que sair, eu saio de cabeça erguida, porque quem tem vontade de trabalhar não tem medo e não precisa disso aqui. Meu muito obrigado, senhor Presidente". O Presidente transferiu a Presidência ao Vice-Presidente para poder se manifestar. O Vereador **Hélio Müller** disse: "- [...] Em todos os Projetos que são importantes para a nossa comunidade, mas esse, até por resultar em aporte de recurso maior, o debate, ele é maior, a busca de informações também deve ser maior e aqui acho que todo debate, mesmo que acalorado, peço que a gente se mantenha no equilíbrio e no respeito, ele é válido até a fim de esclarecer os fatos e também a fim de resguardar a soberania e o direito ao voto de cada um, na minha opinião acho que isso é válido para crescer no sentido de nós crescemos. Eu quero dizer a toda a comunidade de Marcelino Ramos que eu nunca tive dúvida de que esse Projeto é importante para os moradores do nosso Município, tive algumas dúvidas técnicas, mas como todo esse tempo eu busquei informação com o Engenheiro, com o Prefeito Municipal, fui até a Caixa, busquei informações com a assessoria jurídica e pela viabilidade dele, mas principalmente, principalmente eu voto sim porque o meu voto, ele é baseado no que eu fiz de conversa com os moradores lá do nosso Município, tanto lá do Bairro Balneário, prestadores de serviço, comércio, moradores das ruas onde que tem a possibilidade de acontecer esse asfalto, moradores de Suzana e moradores de Coronel Teixeira. Então por isso que desde o início eu não tinha dúvida da importância dele, tirei dúvidas, tem algumas dúvidas que foram trazidas que são importantíssima de se buscar até a próxima sessão, então respeitando os demais colegas e as suas opiniões, eu só quero reafirmar isso para a nossa comunidade que eu não tenho dúvida que é importante, que eu sou favorável, voto sim, desde o início disse que era favorável ao Executivo Municipal quando veio para cá, porque essa é uma proposição do Executivo e nós temos que ter o entendimento de que nesse momento, independente de qual ano que é, que nós temos que dar um parecer aqui técnico e de necessidade da comunidade, não com posição nossa, com paixões políticas, na minha opinião, sendo bem objetivo, fui buscar as informações técnicas e eu... UVERGS, UVERGS embaixo disse 'opina-se', ela não é assessoria jurídica da Câmara, nós somos filiados à UVERGS, eles dão opiniões. A DPM também deu opiniões, mas eu fico com a opinião do governo Bolsonaro, eu não votei para o Bolsonaro, respeito ele como Presidente, hoje desejo que



faça um bom governo, mas as opiniões dos Advogados-Gerais da União, que está publicado no Diário Oficial da União, que vale para todos os Municípios do Brasil, todos estão pegando o financiamento, a maioria, essa é a opinião com que me posiciono também à questão, área jurídica e orçamentária do Município. Então eu quero dizer para vocês que, disse ao Executivo Municipal nas reuniões que fiz, as pessoas, que gostaria, e aqui o Prefeito me confirmou que o dinheiro que vem para o asfalto, que seja investido 100% (cem por cento) no asfalto e que todo serviço de infraestrutura e melhoramento, preparação de ruas, aonde que precisa ser mexido, seja feito com recurso próprio, isso já recebemos confirmação do Executivo. Então isso é um fato importante. Pedir para levar em consideração também nesses recursos, e aí estão vindo mais recursos, o acesso para todos os bairros da nossa cidade, inclusive para o Sétimo Céu, que seja levado em consideração esses acessos dos Bairros e a subida também para o Sétimo Céu. Se conseguir administrar melhor, daqui a pouco vai ser mais do que está planejado, daqui a pouco não vai ser o que está planejado, mas que se faça esses investimentos, que acredito eu que são necessários. Juros vai dar, eu busquei informação sobre o FINISA, sobre a Caixa, lá, o Projeto sempre foi claro, são dez anos, não existe FINISA com oito anos, um ano e meio ou dois, ele é dez anos, não existe outro financiamento da Caixa, do FINISA, que seja em menos tempo ou mais tempo, ele é dez anos exato. Então todas essas informações eu acho que são importantíssimas na nossa comunidade e por isso que nós temos que buscar esses aportes. Eu parabenizo aqui, não só o Henrique Fontana, mas o Deputado da Vereadora Eliana do PP, Vereadora Luciani, que também já confirmaram Emendas Parlamentares para asfalto. Já são R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), ou seja, já pagamos quase o juro do financiamento. Daqui a pouco vem outras, que a gente sabe que é difícil às vezes de buscar, mas vem outras Emendas, daqui a pouco nós vamos dobrar esse valor e vamos dar uma surpresa maior para a nossa cidade, nossos bairros, nosso Município. Então eu vejo que, a minha opinião ela é clara, objetiva, sempre de início aqui a nossa posição, a gente legisla pela parte legal e de fato e fui buscar a parte técnica, parte legal. O Município tem três milhões de reais de crédito...". O Vereador **Valdecir de Vargas** solicitou aparte e disse: "- Até porque esse Projeto estará voltando a esta Casa para uma segunda votação, eu sugiro ao Líder de Governo, sugiro também ao senhor Presidente e até à própria CUP, que de fato esse Projeto seja apresentado com memorial descritivo, apontando em quais os logradouros essas obras vão ser executadas, que obra vai ser efetivamente executada, quais as ruas que vão ser contempladas, porque ele foi apresentado de uma maneira muito vaga, ele foi apresentado com fotos, onde não descreve se vai ser feita a totalidade da rua ou apenas uma parte dela, não descreve qual é o serviço que vai ser executado em determinado logradouro, determinada via pública, não descreve se vai ser asfaltamento, se vai ser retirado o calçamento e recolocado, então que viesse com maiores subsídios para que de fato a população que está nos assistindo, tanto aqui presente quanto também nos canais do Facebook, não achasse que aqui a oposição está votando contra as benfeitorias a serem realizadas no Município. Nós estamos votando, eu, estou falando por mim, estou votando contra nesse momento porque não há como votar favoravelmente a um Projeto que está sendo apresentado desta maneira. Muito obrigado pelo aparte". O Vereador **Hélio Müller** continuou: "- Então o que eu queria justificar aos demais colegas e colegas Vereadores, respeitando a posição de vocês, me coloco à disposição como Vereador, como Presidente desta Casa para ir conversar com o Juliano, com o nosso Engenheiro Cassiano, muito prestativo da nossa comunidade, parabenizo o Bruschi que se dispôs a ajudar a colaborar nisso, que também abraçou essa causa, enfim, o que eu quero dizer para a comunidade é que de fato ele é importantíssimo, tem viabilidade, a gente não sabe quem é que vai ser, a gente não sabe, mas a gente tem essa previsão de um lastro de 50% (cinquenta por cento) só de comprometimento e não vai comprometer a folha dos servidores, o Município tem mais de um milhão em caixa, bastante parte dos precatórios, agora, essa semana, pagou mais R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais) de precatórios, foi pago essa semana. Então para se resguardar também



as futuras pessoas que vão receber os seus salários e até os futuros gestores. Eu quero parabenizar, aqui também foi citado e não podia deixar, com todo respeito, de parabenizar aqui os CCs e FGs do Município, porque se eles estão ali, primeiro que eles são de confiança e estão prestando um ótimo serviço, então eles estão recebendo um reconhecimento pelo trabalho que fazem. Se nós buscarmos a história do nosso Município, é o Executivo que menos tem CC e FG nomeado, menos tem, nem Chefe de Gabinete tem, podem buscar, talvez hoje o valor é maior. Então quero parabenizar, respeito a opinião de vocês, já vim outras vezes aqui na Câmara essa questão da alta carga tributária e não é diferente dos *royalties*, as pessoas me perguntam, falam pessoalmente, falo do espaço que a gente está com relação aos *royalties*. Eles estão projetados com uma previsão de orçamento que entra todo ano no Município, tem uma previsão de entrada de recurso, como os outros. Os nove anos que aqui foram citados, os nove anos veio o orçamento para essa Casa e foi votado por unanimidade. Nós aprovamos onde é que era para botar os *royalties*. Agora veio de novo para essa Casa, entrou nessa sessão a discussão da LDO! Tem a prerrogativa dos senhores Vereadores de onde tira e onde vai botar, tem a prerrogativa, assim como sempre teve, não só nesses nove anos, nas outras gestões também teve isso. Então esse entendimento a gente tem, a gente respeita as posições, eu sei que o senhor estava no governo também, desses nove milhões, sete milhões foram investidos quando o senhor também estava conosco no governo, inclusive com Secretaria, também não veio nenhuma proposição ou projeto para dizer 'vamos botar na rua tal'. Eu não quero ir para essa lado porque não é um lado... eu respeito também a posição, não é um lado político, nem das paixões políticas, mas é de fato o que ocorreu. Tivemos um momento que não tivemos crédito, tivemos, mas felizmente nós temos crédito pela boa administração, pelo respeito que se teve há 14 (quatorze) anos e o que eu quero considerar, Vereador Valdecir, respeito a sua opinião, mas tem 14 (quatorze) anos de muitos méritos, inclusive com participação do seu partido no nosso governo, primeiro ano de governo teve participação e teve muitos resultados positivos. Eu vejo que teve, assim como a participação do Vereador Nico, pessoal do PDT e os demais que aqui aprovam, porque todos os partidos aprovam. Mas no momento que nós formos aqui, dentro do que for aqui a prioridade do nosso Município e não as paixões políticas, eu acredito que a gente vai avançar, está avançando e eu respeito isso, a soberania de vocês". O Vereador **Valdecir de Vargas**, por Questão de Ordem, disse: "- Apenas porque tive o nome citado aí na sua citação, em nenhum momento eu afirmei que não foram feitas obras, disse que foram feitas pouquíssimas obras em que se deu prioridade para o centro e para o Balneário e se esqueceu a Vila Cruzeiro, se esqueceu a Vila Vista Alegre, se esqueceu a Rua Erich Schulz, se esqueceu quase todas as paralelas que acessam o centro e foi isso que eu me referi, em nenhum momento eu disse que nada foi feito, eu disse que pouco foi feito pelo tempo de 14 (quatorze) anos e meio de gestão e é apenas a minha opinião também, evidentemente que respeito a sua". O Vereador **Antonio Carlos Gomes dos Santos**, por Questão de Ordem, disse: "- Que Bom, graças a Deus que vocês tinham nós para ajudar vocês!". O Vereador **Hélio Müller** continuou: "- Então fica aqui o nosso reconhecimento, o respeito, por causa que eu vejo assim que a discussão nossa está no Projeto que interessa à nossa comunidade. Eu apenas aqui, porque fomos citados estou dando resposta, não resposta, a minha posição com relação a isso. Então esse é o meu parecer e eu quero mais uma vez reafirmar à comunidade de Marcelino Ramos que sou a favor do Projeto sim. Obrigado, senhor Presidente, era isso a minha manifestação". A Presidência foi retomada pelo titular. Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Rejeitado por cinco votos a três, com votos contrários dos Vereadores Antonio Carlos Gomes dos Santos, Eliana Lanzana, Luciani Holzman Baptista, Sérgio Alexandri e Valdecir de Vargas e votos favoráveis dos Vereadores Ademir Antoninho Momo, Damiana Salete Correa Mendes e Enio Luiz Wittmann. O Presidente **Hélio Müller** disse: "- Só para finalizar acerca ainda do Projeto aqui votado, quero dizer para vocês que é muito importante o debate, não só desse, mas dos outros, conforme falei antes, a importância que tem de se investigar,



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000
(54) 3372-1623
camaramarcelinoramos@hotmail.com
www.marcelinoramos.rs.leg.br

de se questionar e colocar a posição, se é favorável ou não e de buscar as informações. Então acredito que ainda temos tempo para fazer isso e me coloco à disposição, nosso governo sempre se colocou também, para que se busque mais fundamentos técnicos, se é as dúvidas, conforme já foi levantado, e eu sugiro aqui, acho que devem ter anotado aqui o pessoal da CUP que tragam até essa Casa Legislativa acerca de esclarecimentos do Projeto". O Presidente colocou em votação a Ata 15/2019, da sessão ordinária do dia 15 (quinze) de julho de 2019. Aprovada por unanimidade, com abstenção dos Vereadores Luciani Holzman Baptista e Sérgio Alexandri. O proponente do Requerimento 27/2019, Vereador Antonio Carlos Gomes dos Santos, solicitou a discussão da proposição na próxima reunião ordinária em razão do horário adiantado. Não havendo mais assunto a ser tratado, o Presidente repassou convite local, convocou os Vereadores para a sessão solene do dia 12 (doze) de agosto de 2019 e para a sessão ordinária do dia 19 (dezenove) de agosto de 2019, agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da sessão ordinária do dia cinco de agosto de 2019.

HÉLIO MÜLLER
Presidente

ENIO L. WITTMANN
Vice-Presidente

ANTONIO C. G. DOS SANTOS
Secretário